

**UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO PARA A
PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

[A FORMATION EXPERIENCE FOR SOCIAL PARTICIPATION]

Francisca Fabiana da Silva

*Mestre em Letras, Doutoranda em Letras e Professora da Rede Estadual do RN
(E-mail: fabianaccora@hotmail.com)*

José Carlos Martins da Silva

*Aluno de especialização da FACEX
(E-mail: jcms_23@hotmail.com)*

Recebido em: 09/04/2018. Aprovado em: 29/04/2018

Uma experiência de formação para a participação social

SILVA, Francisca Fabiana da
SILVA, José Carlos Martins da

Resumo: O presente trabalho configura-se como um estudo acerca da atuação da Pastoral da Criança no controle social das políticas públicas de saúde, especificamente no desenvolvimento de processos de formação que favorecem a participação social e o exercício da cidadania, que constituem práticas fundamentais para a construção da sociedade do Bem Viver. As atividades realizadas pelos voluntários, capacitados pela Pastoral da Criança, nos espaços políticos e sociais, semeiam esperança junto a um povo sofrido, esquecido pela sua condição social, ao mesmo tempo que fortalecem a comunidade. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, em que analisamos a ação da entidade à luz dos materiais educativos produzidos para formação e acompanhamento dos agentes voluntários. Como pressupostos teóricos utilizamos, entre outros, os estudos de Gonh (2011), Pastoral da Criança (2000, 2008) e Nascimento (2006). Os resultados revelam que as ações desenvolvidas pela Pastoral da Criança aliadas à participação política dos voluntários, nos conselhos municipais de saúde e na comunidade, contribuem para a melhoria das políticas públicas de saúde e se constituem como práticas sociais efetivas de construção da cidadania.

Palavras-chave: Formação; Participação Social; Saúde; Cidadania.

Abstract: The present work is a study about the performance of Pastoral da Criança in the social control of public health policies, which are fundamental practices for the construction of the society of well live. The activities carried out by volunteers, trained by Pastoral da Criança, in the political and social spaces, they sow hope together with the suffering people, forgotten by their social condition, at the same time that they strengthen the community. This is a qualitative research, in which we analyze the action of the entity in the light of the educational materials produced for training and follow-up of volunteer agents. As theoretical presuppositions, we use, among others, the studies of Gonh (2011), Pastoral da Criança (2000, 2008) and Nascimento (2006). The results show that the actions developed by Pastoral da Criança, together with the political participation of the volunteers, in the municipal health councils and in the community, contribute to the improvement of public health policies and constitute effective social practices for the construction of citizenship.

Keywords: Formation; Social Participation; health; Citizenship.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil está entre os países que apresenta os maiores índices de concentração de renda, e conseqüentemente, de desigualdade social. Embora, a partir de 1988, tenhamos elaborado uma constituição cidadã que preconiza a universalização de direitos humanos e sociais, como direitos de todos e dever do estado, e que sua efetivação deve acontecer por meio de políticas públicas que atendam às necessidades da população, na prática, essa é uma realidade ainda muito distante de ser alcançada.

A Pastoral da Criança é um organismo de ação social da Igreja Católica, criado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1983, idealizada pela médica pediatra e sanitária Zilda Arns Neumann. Sua preocupação primeira é com o resgate da dignidade humana numa perspectiva ontológica e espiritual. A Pastoral da Criança compreende o ser humano não apenas inserido numa cultura de uma cidade, mas o ser humano numa perspectiva integral, enquanto portador de uma espiritualidade, de uma poesia, de uma dimensão familiar e fraterna.

Nessa direção, como organização comunitária, seu trabalho é baseado, sobretudo, na partilha do saber. Seu principal objetivo é promover o desenvolvimento integral de crianças pobres, tanto em seu contexto familiar quanto comunitário, a partir de ações preventivas de saúde, educação, nutrição e cidadania.

Ao longo de sua trajetória de ação em promoção dos direitos sociais das pessoas mais carentes, a Pastoral da Criança entendeu que para atuar no enfrentamento as principais causas da mortalidade infantil das crianças, não era suficiente o desenvolvimento de ações socioeducativas e preventivas,

Uma experiência de formação para a participação social

SILVA, Francisca Fabiana da
SILVA, José Carlos Martins da

mas era preciso investir na formação política dos seus voluntários para atuar na defesa e promoção de direitos, através da atuação no controle social das políticas públicas, especialmente de saúde.

Nessa perspectiva, a Pastoral da Criança passou a investir na formação de lideranças comunitárias para atuar como articuladores junto aos conselhos municipais de saúde, comprometidos com a defesa do Sistema Único de Saúde – SUS, lutando por melhorias na qualidade dos serviços públicos, através da participação qualificada de pessoas voluntárias nesses espaços.

Assim, esta ação da Pastoral da Criança, presente na maioria dos municípios do Brasil, apresenta-se como uma experiência exitosa de organização da sociedade civil, na construção de práticas e conhecimentos permanentes sobre controle social na saúde, que geram transformações positivas na vida da comunidade, pois promovem o resgate da dignidade humana por meio do acesso aos direitos sociais que são fundamentais para a construção da sociedade do Bem Viver. Contudo, não pretendemos fazer nenhuma grande abordagem sobre a temática do Bem Viver, mas, trataremos, apenas, da relação da Pastoral da Criança como um importante elemento de integração e reintegração social na região do Seridó, do RN, e por conta disso, é possível estabelecer uma relação com a temática do Bem Viver.

Nesta perspectiva, este estudo encontra-se norteado pela seguinte questão de pesquisa: Como as ações desenvolvidas pela Pastoral da Criança favorecem a participação social e a construção da cidadania dos voluntários capacitados pela entidade? No intuito de responder essa questão, estabelecemos como objetivo deste trabalho: investigar as ações de

Uma experiência de formação para a participação social

SILVA, Francisca Fabiana da
SILVA, José Carlos Martins da

formação para a participação e o controle social desenvolvidas pela Pastoral da Criança.

Mediante os objetivos e as especificidades do objeto de pesquisa, priorizamos uma metodologia de natureza qualitativa. Assim, o estudo teve como base principal de informação, a análise documental dos materiais educativos produzidos pela entidade e utilizados nas capacitações dos voluntários.

Como pressupostos teóricos contamos com as contribuições de diversos autores, entre eles Gonh (2011), que analisa os conselhos como espaços de inovação nas políticas públicas que ao fazerem a mediação entre sociedade civil e o poder público constroem um novo domínio de exercício do controle social, Pastoral da Criança (2000, 2008) e Nascimento (2006) que discute as estratégias e políticas da Pastoral da Criança em favor da promoção da educação, saúde e desenvolvimento da criança e da família.

Trata-se de um estudo que apresenta uma relevância social na medida que favorece a sistematização de uma experiência de intervenção efetiva da sociedade civil no espaço sociopolítico, que promove ações que favorecerem a construção da cidadania a partir da formação para a participação social.

2 PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL DA SAÚDE: CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

O Estado brasileiro se constituiu historicamente a partir de processos fundamentados na exploração, violência e no autoritarismo, marcado fortemente pela desigualdade e exclusão social. Um dos grandes marcos desse processo é a colonização portuguesa, que foi uma das mais

Uma experiência de formação para a participação social

SILVA, Francisca Fabiana da

SILVA, José Carlos Martins da

opressoras da América Latina, uma vez que desconsiderou as práticas culturais, econômicas e sociais dos povos indígenas que viviam no país, antes da chegada dos portugueses. Assim, a formação social e cultural brasileira é resultante, em grande parte, das tensões, conflitos e enfretamentos travados a partir de 1500.

Dentre os marcos históricos do país, merece destaque o período da segunda metade da década de 80, quando inicia no Brasil um movimento conhecido como redemocratização do país, resultante, por um lado, do desgaste e esgotamento das formas de dominação política existentes já que o Brasil vivia, desde 1964, numa ditadura militar, aliado à mobilização de setores da sociedade civil, movimentos sociais e organizações de categorias, em torno do fim do regime ditatorial e pelas diretas já.

Desse momento histórico de mobilização da sociedade resultou a criação da Constituição Federal de 1988, denominada como Constituição Cidadã, um marco na história do país que possibilitou inúmeros avanços, entre eles, a implantação da democracia representativa e participativa, que conferiu ao cidadão o direito de atuar de forma legítima e constitucional da vida política nacional, não apenas elegendo pessoas para representá-los, mas atuando em processos de decisão política e de controle social.

Para Gonh (2011, p. 16-17) a participação pode ser analisada em três níveis básicos: o conceptual, o político e o da prática social. “O terceiro – as práticas sociais relacionam-se ao processo social propriamente dito, trata-se das ações concretas engendradas nas lutas, movimentos e organizações para realizar algum intento”. Uma das ações concretas resultantes das diversas lutas da sociedade civil organizada pela conquista de participar das decisões sociais e políticas como um direito está os conselhos gestores.

Uma experiência de formação para a participação social

SILVA, Francisca Fabiana da

SILVA, José Carlos Martins da

Estas questões foram discutidas pela Igreja Católica na Campanha da Fraternidade de 1996, que teve como tema Fraternidade e Política e o objetivo de contribuir com a formação política dos cristãos para que exerçam sua cidadania sendo sujeitos da construção de uma sociedade justa e solidária. Sobre isso, o Manual de Estudo da CF 1996, destacava que,

a criação da democracia é a criação das condições necessárias para que os homens, como cidadãos, rompam o isolamento e a sua desagregação social e ocupem o espaço público, através da discussão, da negociação, do diálogo e da decisão. Forja-se assim, um novo sentimento do viver em comum, onde ninguém é excluído da efetiva participação dos bens da sua nação. (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 1996, p. 54).

Nesse sentido, dentre os conselhos gestores de políticas públicas criados estão os conselhos municipais de saúde cuja constituição se efetivou mediante a Lei Federal 8.142/90, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS, e institui as conferências e os conselhos de saúde em cada esfera de governo (BRASIL, 1990). No seu parágrafo 2º, a Lei 8.142/90 define que,

o conselho de saúde, em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera de governo (BRASIL, 1990).

Portanto, a participação popular é uma das diretrizes estabelecidas nos princípios doutrinários do Sistema Único de Saúde - SUS definida como a garantia constitucional de que a população, através de suas

Uma experiência de formação para a participação social

SILVA, Francisca Fabiana da

SILVA, José Carlos Martins da

entidades representativas, poderá participar do processo de formulação das políticas e do controle social em todos os níveis. A participação nos conselhos de saúde se dá por meio de representação paritária. Esta paridade é representada pela seguinte composição: 50% de entidades e movimentos representativos de usuários, 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de saúde e 25% de representantes de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos. Assim, os conselhos de saúde devem se reunir no mínimo uma vez por mês e extraordinariamente quando necessário, tendo como base o regimento interno que estabelece as normas de seu funcionamento, bem como, as atribuições dos conselheiros e membros da mesa diretora, composta geralmente pelo presidente, vice-presidente e secretária, podendo contar com quadro de pessoal para assessoramento técnico.

O Conselho de Saúde é um instrumento plenamente legitimado pelos princípios constitucionais e por leis que o regulamentam para o exercício do controle social das políticas e a gestão de saúde, em cada esfera de governo – nacional, estadual e municipal, propondo encaminhamentos e diretrizes para as políticas públicas de saúde. No entanto, muitos são os entraves que impedem o funcionamento pleno dos conselhos de saúde na prática como instâncias capazes de fiscalizar, deliberar e propor políticas públicas de saúde. Observamos que, a maioria dos conselhos municipais não dispõem de uma estrutura mínima para funcionamento, tais como: capacitação específica para os conselheiros, orçamento para realização de ações, equipe técnica, além da falta de reconhecimento por parte da população da sua importância como representação dos interesses da sociedade.

3 A EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL DA PASTORAL DA CRIANÇA

A Pastoral da Criança surgiu no Brasil no início da década de 80 e tem suas raízes históricas ligadas aos movimentos de renovação da Igreja Católica que se propunham a atuar de forma mais voltada para o social. Essa nova perspectiva era influenciada pelos princípios do Concílio Vaticano II, quando bispos de várias partes do mundo se reuniram para discutir novos rumos para a igreja, debatendo, especialmente a sua opção preferencial pelos pobres, a centralidade de suas ações voltadas para os mais excluídos da sociedade, priorizando em suas ações o enfrentamento da miséria e das injustiças sociais.

Além disso, vale recordar que em 1982, numa reunião sobre a paz mundial da Organização das Nações Unidas (ONU), o então diretor Executivo do UNICEF, James Grant, convenceu Dom Paulo Evaristo Arns, à época Cardeal Arcebispo de São Paulo, de que a igreja poderia ajudar a salvar a vida de muitas crianças que morriam de doenças que facilmente podiam ser prevenidas, tais como a desidratação causada pela diarreia. Milhões de crianças poderiam ser salvas, se as mães fossem orientadas sobre como combater a desidratação, através da preparação do soro caseiro.

Voltando ao Brasil, Dom Paulo confiou à Zilda Arns Neumann, médica sanitária, a tarefa de pensar como tornar essa proposta concreta. Assim, foi apresentada para Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB em 1983, a sugestão de criação da Pastoral da Criança como uma

Uma experiência de formação para a participação social

SILVA, Francisca Fabiana da
SILVA, José Carlos Martins da

proposta de trabalho da Igreja com a missão de salvar vidas e resgatar a dignidade humana através de ações que reduzissem os altos índices de mortalidade infantil. A nova pastoral apresentava em sua base um trabalho educativo que pretendia orientar as famílias na comunidade. A dinâmica consistia em capacitar voluntários em ações básicas de saúde, educação e cidadania para atuar como multiplicadores junto às famílias mais pobres. Assim, inicialmente o trabalho foi implantado na cidade de Florestópolis no Paraná, que apresentava o maior índice de mortalidade infantil do estado, com 127 óbitos por mil nascidos vivos. (PASTORAL DA CRIANÇA, 2000, p. 7).

Portanto, a principal problemática social que motivou a criação da Pastoral da Criança foram as altas taxas de mortalidade infantil identificadas à época, no Brasil, resultantes da miséria que atingia grande parte da população brasileira, ligada à falta de políticas públicas de superação da pobreza e promoção de cidadania. Sobre isso, o *Guia do Líder da Pastoral da Criança* afirma que, “uma das causas mais importantes das doenças e mortalidade infantil, traduzem-se por carências múltiplas: alimentação incorreta, água não potável, insegurança habitacional, degradação do meio ambiente, ausência de educação e não acesso aos cuidados de saúde (PASTORAL DA CRIANÇA, 2000, p.33).

Para Nascimento (2006, p. 3) “a configuração das pastorais como organismos promotores de ação socioeducacional e religiosa, surgem neste contexto e se constituem como uma nova dinâmica de intervenção nas comunidades”. Esses novos arranjos marcam a abertura da igreja para as questões sociais, orientadas por um conjunto de textos construídos para subsidiar as questões da vida social da Igreja, sistematizados no *Compêndio*

Uma experiência de formação para a participação social

SILVA, Francisca Fabiana da

SILVA, José Carlos Martins da

da Doutrina Social da Igreja, documento que reúne reflexões fundamentais do pensamento Católico sobre essas questões (CNBB, 2008).

Nesse sentido, o surgimento da Pastoral da Criança está ligado a fatores sociais, políticos e econômicos do país da década de 80 e ao redimensionamento da Igreja Católica frente às questões sociais da época, que provocavam a instituição a apresentar propostas de enfrentamento às problemáticas sociais direcionadas às comunidades mais pobres.

Três décadas depois, os líderes da Pastoral da Criança não encontram mais as cenas desoladoras de crianças desnutridas quando visitam as famílias nas comunidades de Florestópolis. Vários fatores contribuíram para melhorar a realidade social da pequena cidade e, entre eles, estão as ações preventivas promovidas pela Pastoral da Criança na atenção às crianças e gestantes. Programas tão bem-sucedidos que, muitos deles, foram adotados ou adequados como políticas públicas de saúde, a exemplo dos Agentes Comunitários de Saúde, criados pelo Governo Federal, a partir da experiência exitosa da Pastoral da Criança no país.

O resultado foi comprovado: entre as crianças pobres acompanhadas pela Pastoral da Criança no ano de 2008, a mortalidade infantil foi de 13 mortes por mil nascidos vivos. Enquanto, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), a taxa brasileira da mortalidade infantil, no mesmo ano, foi de 23,3 por mil nascidos vivos, ou seja, um número bem superior ao alcançado pela Pastoral da Criança em Florestópolis-PR. Sobre os dados levantados, o técnico da Pastoral da Criança, Boufleur declara que, “isso sem contar que atuamos em comunidades essencialmente pobres, nas quais a média de mortalidade costuma ser o dobro da taxa nacional” (INSTITUTO GOVERNAR, 2010, p. 16).

Uma experiência de formação para a participação social

SILVA, Francisca Fabiana da
SILVA, José Carlos Martins da

Ao longo desses 35 anos de atuação, a Pastoral da Criança é a maior organização social composta por voluntários do Brasil, voltada para questões sociais, e conta com mais de 190 mil voluntários capacitados, sendo que 88% dos voluntários são mulheres. Esse aspecto destacado, mostra que a experiência da Pastoral da Criança, além de se constituir numa grande ação promotora de dignidade humana, significou para muitas mulheres o rompimento de uma vocação cultural que restringia sua atuação apenas ao ambiente doméstico, possibilitando que as mesmas se envolvessem ativamente em processos educativos emancipatórios. Sua participação, geralmente superando a dos homens, “não se limita só às organizações especificamente femininas, mas estende-se a praticamente todas as outras e às comunidades eclesiais de base, assumindo, também, posições de liderança” (REIMBERG, 2006).

Os resultados alcançados pela Pastoral da Criança são significativos e mostram a capacidade da instituição de mobilizar e sensibilizar pessoas voluntárias para atuarem em defesa da promoção e do desenvolvimento integral das crianças pobres. As práticas sociais desenvolvidas nas comunidades mais vulneráveis despertam para a solidariedade e a fraternidade e motivam as pessoas a agirem de maneira coletiva em favor da dignidade humana e da construção da cidadania plena junto às famílias mais carentes.

Dessa forma, motivados pelas conquistas obtidas e pelos desafios que a realidade social, econômica e política do país impõe, a Pastoral da Criança a partir de 2003, incorporou em suas diretrizes uma ação voltada para fortalecimento e ampliação da participação popular no controle social das políticas públicas de saúde. A ação que tem como tema “O articulador junto ao conselho de saúde” e utiliza como estratégia de intervenção, a

Uma experiência de formação para a participação social

SILVA, Francisca Fabiana da

SILVA, José Carlos Martins da

capacitação de voluntários para acompanhar as ações do conselho de saúde dos seus municípios, no intuito de contribuir para melhorar as condições de saúde de sua comunidade.

Os voluntários, chamados de articuladores do conselho de saúde, são capacitados para desenvolver a ação a partir da metodologia do ver, julgar, agir, avaliar e celebrar na comunidade, método que nasceu na França, e foi adotado posteriormente na América Latina pela Teologia da Libertação, que tem como foco refletir sobre as principais problemáticas que atingem as famílias, à luz do evangelho, para assim descobrir coletivamente propostas para serem apresentadas ao conselho de saúde e, dessa forma, contribuir para a melhoria do serviço de saúde na comunidade.

A ação é orientada por indicadores de saúde elaborados pela equipe técnica da Pastoral da Criança. “Os indicadores são fontes de informações, que apontam tendências e contribuem para uma ação concreta e imediata” (PASTORAL DA CRIANÇA, 2008). Os principais indicadores que orientam a ação são: Mortalidade infantil, o uso do antibiótico em crianças menores de 1 ano, frequência das reuniões do Conselho e a elaboração de ações preventivas, na família, na comunidade e no serviço de saúde.

Dentre as atribuições e atividades desenvolvidas pelos articuladores de saúde da Pastoral da Criança estão: participar de reuniões mensais da Pastoral da Criança e do Conselho Municipal de Saúde; realizar o estudo da morte de crianças ocorridas no seu município e visitar mensalmente às unidades básicas de saúde da comunidade para verificação da quantidade de antibióticos que é aplicado nas crianças, e se nessas unidades, oferecem a 1º dose para criança, ainda no Posto de Saúde.

Uma experiência de formação para a participação social

SILVA, Francisca Fabiana da
SILVA, José Carlos Martins da

Uma das importantes tarefas do articulador é estudar a história da morte da criança do seu município, a fim de conhecer suas causas e assim elaborar propostas para que outras mortes sejam prevenidas, juntamente com a família e a sociedade. A mortalidade infantil, entre crianças menores de 1 ano, é um dos indicadores mais importantes para avaliar a saúde de um país ou município. “A solução para evitar a morte de crianças pode estar na família, comunidade, no serviço de saúde e na formulação de políticas públicas de saúde, que possibilite a melhoria do acesso, qualidade e humanização do serviço de saúde” (PASTORAL DA CRIANÇA, 2008, p. 10).

As informações obtidas pelos articuladores são debatidas, inicialmente com os líderes da Pastoral da Criança, as famílias acompanhadas na comunidade, em seguida levadas para discussão no Conselho Municipal de Saúde. Dessa forma, a ação promovida pela Pastoral da Criança constitui uma experiência concreta de participação da sociedade civil organizada nos espaços de discussão das políticas públicas, mostrando que é possível orientar a comunidade para acompanhar as ações de saúde.

Os voluntários ao se capacitarem passam a entender que saúde é um direito do cidadão e dever do Estado, fundamentado a partir da Constituição Federal de 1988 e do Sistema Único de Saúde -SUS e, assim, constroem práticas efetivas que fortalecem princípios orientadores da sociedade do Bem Viver, como a participação social, pois exigem transparência na aplicação dos recursos públicos da saúde, visando à defesa do SUS, exercendo o seu papel de cidadão no exercício do controle social, por meio de uma participação qualificada nos espaços de poder e decisão. Desse modo, a Pastoral da Criança ajuda a construir um importante espaço

Uma experiência de formação para a participação social

SILVA, Francisca Fabiana da
SILVA, José Carlos Martins da

crítico de participação popular voltado para as questões de saúde da população.

E, diante do baixo poder de mobilização dos movimentos populares na atual conjuntura política brasileira, e a ausência de uma sociedade civil organizada, os sujeitos da sociedade civil, que participam dos conselhos, não possuem informação suficiente, formação política necessárias ao exercício da participação nestes fóruns de negociações coletivas, dificultando a efetivação do controle social. Os articuladores da Pastoral da Criança ao receberem capacitação sobre o conselho de saúde e o Sistema Único de Saúde - SUS ampliam sua visão sobre a realidade política e social e, assim, procuram contribuir para melhorar as condições de saúde da população.

Observamos que os processos de formação desenvolvidos pela Pastoral da Criança colaboram para que os voluntários, que atuam como articuladores de saúde, construam uma identidade social e responsiva a partir dos processos educativos oportunizados pela Pastoral da Criança. A ação multiplicadora visa à mudança de vida da criança e da família, que terão conhecimentos e informações necessárias para olhar criticamente para as políticas as públicas municipais, exigirem seus direitos, denunciar as injustiças e mobiliza-se em prol da mudança social.

4 CONCLUSÃO

O trabalho sobre a atuação da Pastoral da Criança no controle social da saúde permitiu investigar como as práticas de formação e participação social desenvolvidas pela entidade favorecem a construção da cidadania das pessoas envolvidas nas suas ações. As atividades realizadas pela entidade

Uma experiência de formação para a participação social

SILVA, Francisca Fabiana da

SILVA, José Carlos Martins da

constituem uma experiência de participação popular efetiva nos espaços sociais, que produz mudanças e transformações na vida dos voluntários, das famílias e crianças das comunidades mais vulneráveis acompanhadas, no sentido que, mobiliza, organiza e capacita pessoas para participar de maneira qualificada da luta pela efetivação dos direitos sociais básicos, especialmente o direito a saúde de qualidade

Os processos de formação política e social desenvolvidos pela Pastoral da Criança e as atividades concretas de participação social vivenciadas pelos voluntários, possibilitam aos sujeitos sociais envolvidos, ultrapassarem as fronteiras da comunidade para atuar em outros espaços, uma vez que, os voluntários são capacitados para atuar como multiplicadores de informações, representar a Pastoral da Criança nos conselhos de políticas públicas de saúde, participar das reuniões dos conselhos, apresentar as demandas de saúde da sua comunidade, motivados por princípios da fé cristã, como a solidariedade e a fraternidade.

Uma experiência de formação para a participação social

SILVA, Francisca Fabiana da
SILVA, José Carlos Martins da

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federal. República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria da Atenção à Saúde. Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 1990.

CONFERENCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Fraternidade e Política: justiça e paz se abraçaram: Manual/CNBB**. São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1996.

_____. **Compêndio da doutrina Social da Igreja / Pontifício Conselho “justiça e paz”**. 4 ed. São Paulo: Paulinas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010: população residente, resultados do universo segundo mesorregiões, microrregiões, municípios, distritos, subdistritos e bairros: Rio Grande do Norte**. [online]: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br>>. Acesso em: 03 jan. 2014.

INSTITUTO GOVERNAR. **Revista Governar Cidades**. Ano 1. n.01, p. 8-16, fev. 2010.

NASCIMENTO, José Mateus. **Um Evangelho segundo a Pastoral da Criança: por uma pedagogia de sobrevivência**. 2006. 265f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2006.

Uma experiência de formação para a participação social

SILVA, Francisca Fabiana da
SILVA, José Carlos Martins da

PASTORAL DA CRIANÇA. **Guia do líder da Pastoral da Criança:** Para países de língua portuguesa. 22. ed. Curitiba. 2000.

_____. **O Articulador junto ao conselho de saúde.** Curitiba: [s.n.], 2008. (Série Participação e Controle Social).

REIMBERG, Cristiane Oliveira. **Dois olhares sobre a relação entre jornalismo e a Pastoral da Criança:** a comunicação popular do jornal da entidade e a cobertura jornalística da Folha de S.Paulo. São Paulo. 164f. Monografia (Especialização em Jornalismo Social) - Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.